5. Considerações Finais

Este trabalho procurou analisar criticamente a noção sintática de *sujeito* e apontar novas concepções que possam ser confrontadas com aquelas que são tradicionalmente apresentadas. Para que o estudo das definições fosse estruturado procurei reunir o maior número de materiais disponíveis que oferecessem definições e antes disso investiguei, primeiramente, a gênese da metodologia que legitimou a prática de definir os termos da análise sintática.

A noção de gramática tradicional é estruturada segundo protótipo modelar deixado pelos gregos, em especial aquele organizado por Aristóteles. A filosofia grega não só estabeleceu as bases do raciocínio moderno, como também os princípios fundamentais da linguagem até os dias atuais. As definições atrelam-se à lógica formal aristotélica que subsiste no vocabulário lingüístico descritivo de nossos dias, desde o final do século XIX até agora.

Tendo esta consciência, reuni o maior número possível de gramáticas que pudessem ser analisadas sob a perspectiva das definições. Tomei como ponto de partida a primeira gramática de língua portuguesa que se ateve mais especificamente aos estudos da sintaxe, de Jerônimo Soares Barbosa – que teve a primeira edição publicada em 1822, embora tenha utilizado aqui a de 1866 – e selecionei outros tantos na tentativa de reconhecer alguma diferença ou semelhança que constituíssem riqueza para este estudo. Estabeleci, então, um recorte tendo como a base a publicação da NGB, dada algumas modificações na nomenclatura do *sujeito* depois deste projeto de simplificação.

Assim foram pesquisados além de Jerônimo Soares Barbosa, Jeronymo Soares Barbosa, autor português, a edição pesquisada é 1866, Eduardo C. Pereira – a edição pesquisada é de 1907, *mas a primeira edição é de 1877*; Ernesto Carneiro Ribeiro – a edição pesquisada é de 1958, *mas a 1ª edição foi escrita e começada a imprimir em 1877*; Maximino Maciel – a edição pesquisada corresponde a 12ª edição (1931), *a 1ª edição com o título de Gramática Descritiva é de 1884*; b João Ribeiro (1887);

Augusto Epiphanyo Dias, autor português, (1917) ; José Oiticica – a edição pesquisada é de 1940, *mas a 1ª edição é de 1919*; Alfredo Gomes (1924); Mário Pereira de Souza Lima (1937); Antônio Chediak (1955). Todos estes autores contribuíram para a perpetuação da tradição gramatical e por isso mesmo da divisão sintática em dois termos essenciais: *sujeito e predicado*, prevalecendo em suas definições a noção de tópico ‘*aquele sobre quem se fala ou declara algo*’ ou ainda ‘*que contém o assunto principal da oração*’. Também verificamos em alguns como João Ribeiro, Eduardo Carlos Pereira, Alfredo Gomes o predomínio de certas classificações que, à luz da simplificação, depois foram sanadas pela NGB.

Finalmente, encontramos a perpetuação do modelo de divisão de análise sintática em *sujeito e predicado* como termos essenciais e integrantes da oração em Bechara, Rocha Lima, Celso Cunha e Lindley Cintra. Apresentam estes autores, além da uniformidade para as classificações, nenhuma solução para verbos que exprimem, por exemplo, fenômenos meteorológicos, nos quais preponderam enorme incoerência entre os conceitos e os exemplos.

Vimos que com relação à definição não foi possível até hoje estabelecer um conceito que abranja todos os casos de *sujeito*, por isso tanta contradição em gramáticas e livros didáticos. A essencialidade do *sujeito* é posta a prova diante dos casos de *oração sem sujeito*, este paradoxo não é esclarecido pelos compêndios gramaticais. Outro problema verificado, ainda a respeito do *sujeito* envolveu a distinção entre *sujeito e tópico*, visto que nem sempre estes elementos referem-se à mesma entidade.

Um outro grupo de material selecionado foram alguns dicionários lingüísticos, que ofereceram a definição mais geral dos termos. Verifiquei que de certa forma as definições destes dicionários assimilam tendências teóricas as quais os autores atrelam-se. O *Dicionário Gramatical de Verbos de Francisco Borba* (1991) apresenta várias definições de sujeito, todas vinculadas aos papéis que eles desempenham em função do processo verbal: agente, beneficiário, causativo, experimentador, factivo, inativo, paciente.

Tais classificações, contudo, levam em conta o verbo como ponto de partida e nesse sentido será ele que norteará as estruturas lingüísticas, favorecendo o

reconhecimento dos argumentos possíveis, o verbo é que determinará o papel que o *sujeito* irá assumir. Rompendo com a gramática tradicional, defendemos o que a gramática de valências propõe: o estudo do verbo a partir de sua valência. Os estudos de Tèsniere (1965), Busse & Vilela (1986), Vilela (1992) forneceram não só o aparato teórico, mas também os termos freqüentemente utilizados: valência, actantes (espaço ou argumento).

Cumpramos lembrar que a valência verbal do predicador (verbo) indica quais complementos e espécies de complementos esse verbo pode (ou deve) ter nas suas realizações frásicas. O *sujeito*, dentro desta concepção de estudo, é considerado um complemento do verbo, diferentemente da gramática tradicional. Tomamos a gramática de valências como uma possibilidade para facilitar a mudança de metodologia do ensino da língua, a partir de uma série de premissas a se considerar.

Primeiro a teoria de valências permite uma ordenação frasal de forma mais ampla e adequada, sobre que elementos são fundamentais e/ou facultativos ao verbo. Ainda, considera o verbo como centro dinâmico da frase, em torno do qual todos os elementos se encaixam obedecendo uma escala de valores de quantos e quais elementos o enunciado precisa.

Depois, não prioriza definições, nomenclaturas e excesso de regras, o que favorece a apresentação da estrutura e funcionamento das frases, priorizando a semântica dos verbos e sua (s) valência (s). Comprova que o *sujeito* é um dos argumentos do verbo, sendo que a relação entre verbo e sujeito se dá não só no aspecto morfossintático, mas também no semântico.

Além disso, permite que se amplie a noção sintática de *sujeito* através do estudo dos papéis que ele desempenha, reverenciando os estudos de Azeredo (2000), (Koch e Vilela, 2001) e Halliday (1994). Todas estas facilitações, que a teoria de valências apresenta em conjunto com o que estes estudiosos postularam, contribuem para que o estudo da sintaxe seja ministrado de forma mais abrangente, consciente e reflexiva.